

# estudos AVANÇADOS

INFORMATIVO DO INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - ANO 5 - Nº 32 - AGOSTO DE 1993

## Revisão constitucional

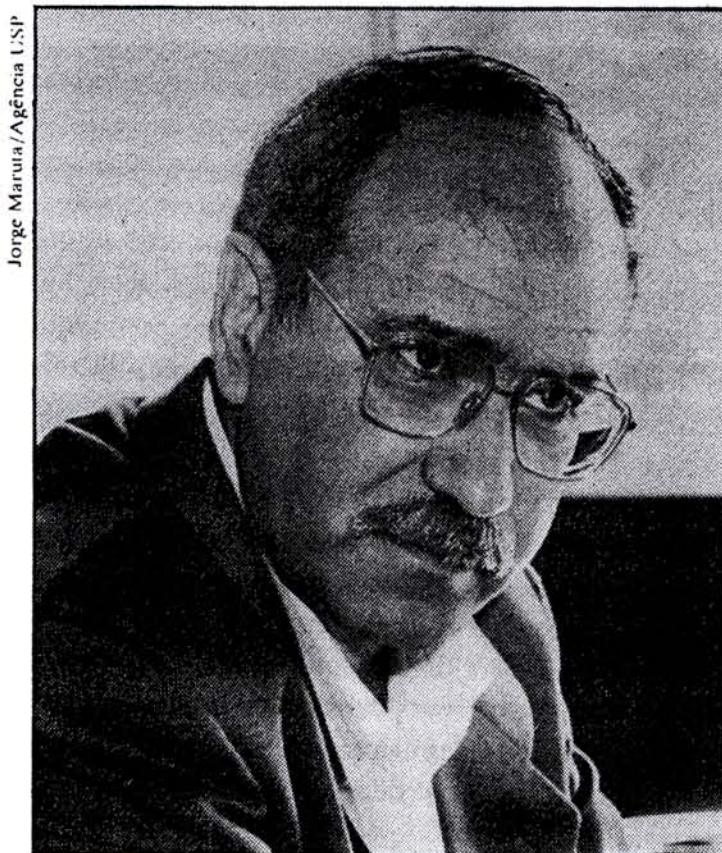
"Não podemos pensar em reescrever a Constituição do começo ao fim. Devemos identificar questões básicas, analisá-las e propor mudanças de caráter estrutural". Esse princípio é defendido pelo cientista político Bolívar Lamounier, um dos coordenadores do Programa Revisão Constitucional. Em entrevista nesta edição, Lamounier destaca que a revisão é uma oportunidade de dotar o país de uma estrutura político-institucional que o oriente. *Pág. 2*

## Lançamento da revista 17

A edição nº 17 da revista *Estudos Avançados* será lançada no dia 9 de agosto, às 18h, na sede do IEA. O destaque é um dossiê sobre as relações entre projetos globais de desenvolvimento e trabalho/tecnologia. O dossiê engloba desde a situação educacional brasileira até os casos de Taiwan e Coréia do Sul. Durante o lançamento haverá uma apresentação do Coralusp. *Pág. 7*

## Wittgenstein

Para o professor Bento Prado Jr., da UFSC, o argumento do sonho é extremamente tradicional no pensamento de Wittgenstein, coerente com a história da filosofia desde Descartes. Prado Jr. conclui isso a partir da análise do último texto escrito pelo filósofo austríaco. *Pág. 6*



Jorge Maruiz/Agência USP

CONFERÊNCIA DO MÊS/AGO

## Dilemas sobre as classes subalternas

José de Souza Martins

No dia 27 de agosto, às 9h30, o professor José de Souza Martins, do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, faz a Conferência do Mês. Martins é autor, en-

tre outros, dos livros *Caminhada no Chão da Noite*, *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na "Nova República"* e *Sobre o Modo Capitalista de Pensar*.

CONFERÊNCIA DO MÊS/SET

## A questão étnica

Maria Manuela  
Carneiro da Cunha

Por meio da análise dos casos dos índios e negros no Brasil, a professora Maria Manuela Carneiro da Cunha, do Departamento de Antropologia da FFLCH-USP, discutirá no dia 28 de setembro, às 14h, a tradição brasileira em relação à possível existência de um substrato de identidade étnica nacional.



Jorge Maruiz/Agência USP

## As prioridades para a educação

É preciso direcionar de forma coerente os recursos do Ministério da Educação, aplicando-os nas regiões mais pobres e no apoio das iniciativas estaduais e municí-

pais adequadas. Essa é uma das prioridades para o sistema de ensino relacionadas pelo professor José Goldemberg, ex-ministro da Educação. *Pág. 8*

# Revisão constitucional

*Programa do IEA conclui em agosto a elaboração de um conjunto de propostas para a Constituição Federal*

**D**esde o final de 1992, acadêmicos, juristas, empresários e sindicalistas têm debatido no IEA as mudanças necessárias para que a Constituição Federal adquira uma formulação coerente com os anseios da sociedade brasileira. O Programa de Revisão Constitucional compõe-se de oito grupos: Estrutura Político-Institucional, Tributação e Orçamento, Ordem Econômica, Educação/Ciência e Tecnologia, Repensar a Federação, Administração Pública e As Instituições Judiciárias. As propostas serão apresentadas para debate público ainda em agosto. Na entrevista a seguir, o cientista político Bolívar Lamounier, um dos coordenadores do Programa, fala sobre a importância da revisão e sobre os princípios que devem ser adotados para que ela tenha os efeitos desejados.

O senhor costuma dizer que o país não conta com um arcabouço político-institucional que o oriente. Quais seriam as características dessa estrutura desejável? Será possível começar a construí-la na revisão constitucional?

Lamounier - O arcabouço político-institucional brasileiro é essencialmente o mesmo estabelecido após a Revolução de 30 e está baseado num tripé fundamental: um sistema de relações capital/trabalho tutelado pelo Estado e corporativista, um multipartidarismo exacerbado e um presidencialismo plebiscitário e populista. No plano das relações capital/trabalho, foi instituído um modelo cujo objetivo sempre foi esvaziar o conflito entre as partes, por meio da regulação administrativa do Ministério do Trabalho e da ação de instituições corporativas. É preciso promover uma reformulação profunda nas relações po-

líticas da área do trabalho e sepultar o sistema corporativista. Na área político-eleitoral temos uma estrutura concebida para a produção de um acentuado multipartidarismo.

Na República Velha, não havia partidos nacionais, mas partidos únicos em cada estado. A partir do Código Eleitoral de 32, introduziu-se o pluralismo por meio da representação proporcional e pela instituição progressiva de partidos nacionais. Tudo isso fazia sentido naquela época, quando o objetivo fundamental era desmantelar a República Velha. Agora, fica evidente que temos um elenco de incentivos à fragmentação partidária que nenhum outro país possui. São necessárias medidas que reorganizem a vida político-eleitoral, como o estabelecimento de um percentual mínimo de votação para que um partido tenha assento no Congresso e a mudança da lei eleitoral, para que metade dos deputados seja eleita em distritos. O terceiro componente dessa estrutura herdada dos anos 30 é o que chamo de presidência plebiscitária. No presidencialismo, é natural que exista um elemento de populismo, dada a fragilidade que caracteriza o sistema. Veja-se o caso espantoso de Bill Clinton. Desde os tempos de Harry Truman que um presidente não chegava ao término dos cem primeiros dias de governo tão esvaziado de credibilidade como aconteceu com o atual presidente dos Estados Unidos. Mas lá, pelo menos, a presidência está articulada com instituições fortes - Congresso, Judiciário e entidades da sociedade civil. No Brasil, esse esvaziamento do governo ocorre com a mesma velocidade, mas coloca em perigo todo o sistema, por não haver a retaguarda de instituições fortes. Durante 60 anos procuramos ignorar que a arquitetura polí-

tica brasileira padecia desses defeitos estruturais.

**Por que até hoje não se procurou corrigir essa estrutura?**

Lamounier - A explicação é simples: tivemos uma velocidade de crescimento econômico sem paralelo nesse período, com taxas anuais médias altíssimas, o que permitiu uma acomodação indefinida dos interesses, com o setor público assumindo uma fatura cada vez maior para poder acomodá-los. Desde a segunda metade dos anos 50 estamos num regime inflacionário constante por causa dessa acomodação enorme de interesses. Naturalmente, tudo isso foi compatibilizado por meio do crescimento econômico, por um regime inflacionário permanente e por uma exclusão social brutal. A hora da verdade chegou no início dos anos 80. Acabou a possibilidade de endividamento externo a taxas generosas, houve o acirramento da competitividade internacional e esgotou-se o modelo de desenvolvimento capitaneado pelo Estado. Foi nesse contexto que aconteceu a Constituinte. Nela, o diagnóstico dessa situação não foi claro, não havia a percepção de que esse modelo de desenvolvimento estava exaurido. Não se atentou para o fato de que a subida do patamar inflacionário e a crise fiscal tinham raízes estruturais profundas. Houve também uma reação compreensível ao regime militar, reação essa que levou à acentuação da fragmentação política. Nesse clima foi feita a Constituição de 88. Logo se viu que a crise fiscal e a superinflação não eram coisas temporárias. O Plano Cruzado fracassou e voltamos a uma situação que beirava à hiperinflação. Chegamos à eleição de 89 com 50% de inflação ao mês e na posse do presidente o índice atingiu 80%. Não conseguimos debelá-la

por meio de choques duríssimos. Nesse mesmo momento assistimos ao colapso das economias centralmente planejadas no leste europeu e à desintegração da URSS. A feitura de uma Constituição exige basicamente dois tipos de reflexão. Primeiro, qual o momento histórico que o país vive e para qual direção quer caminhar, ou seja, qual é a identidade constitucional que se deseja para o país. Foi justamente o que faltou na Constituinte. A segunda reflexão é sobre o método. A revisão não pode ser tão descentralizada como foi a Constituinte. O caso brasileiro foi o mais descentralizado que encontrei na bibliografia sobre processos constitucionais na história mundial.

**Por que o senhor considera isso tão negativo?**

Lamounier - Ao se elaborar uma Constituição com um método excessivamente descentralizado perde-se a noção de conjunto. Começou-se a trabalhar a partir de 24 subcomissões, dentro de cada uma surgiu uma enorme quantidade de propostas individuais. Isso gerou um leque de proposições sem muita coesão conceitual. A Constituição foi feita por vizinhança de assuntos e não por raciocínio estrutural. Temos de reexaminar tudo e indagar qual é a espinha dorsal, qual é a identidade que é viável e desejável para o Brasil nas próximas décadas.

**Os movimentos contra a realização da revisão constitucional ou pelo seu adiamento utilizam dois argumentos: a revisão só deveria acontecer se o parlamentarismo tivesse sido adotado no plebiscito de 21 de abril e, além disso, o atual Congresso não teria legitimidade para realizá-la. Como o senhor avalia esses argumentos?**

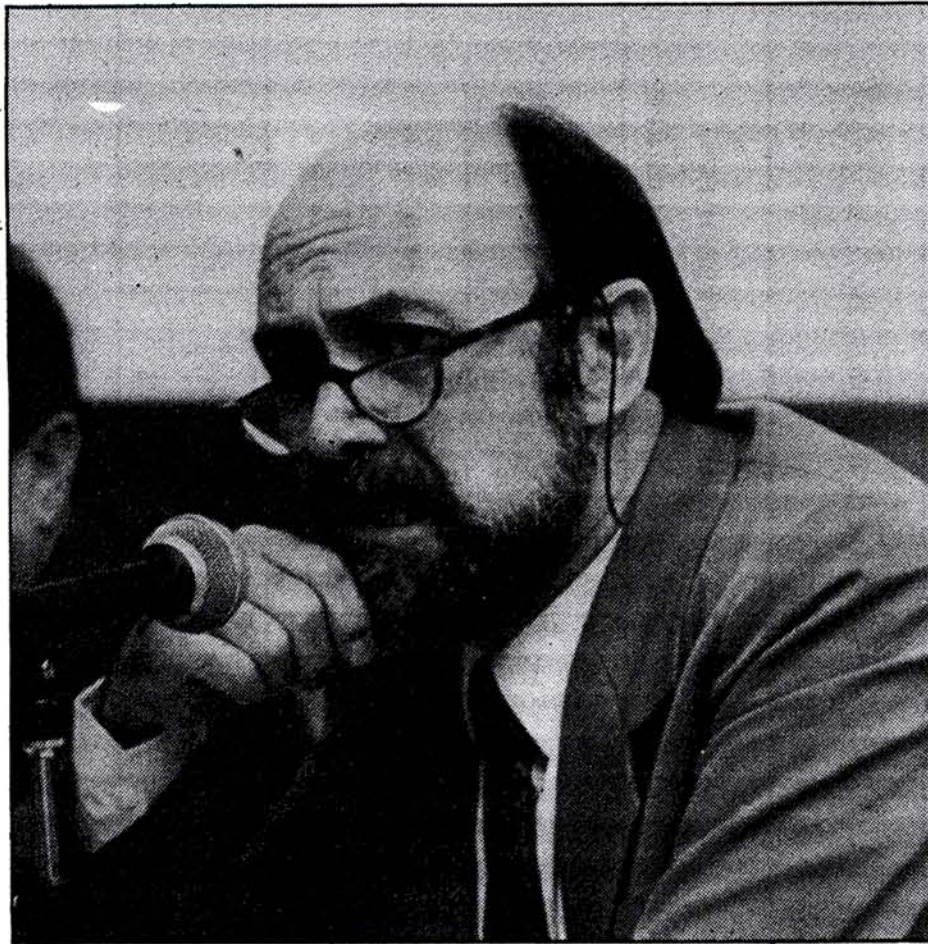
Lamounier - Não posso concordar com esse questiona-

mento genérico da legitimidade de um Congresso para promover medidas legislativas. Por esse caminho, vamos acabar dizendo que não temos um Estado de Direito no país. Se existem uma Constituição e um Congresso habilitado a fazer todo o tipo de lei, a autorizar o envio de jovens ao campo de batalha no caso de uma guerra, capaz de impedir um presidente da República, como podemos dizer que ele não pode fazer a revisão constitucional? Talvez se considere que o Congresso seja conservador, mas a composição era diferente quando Collor foi impedido? A Constituição foi feita por qual Congresso? Esse é um argumento casuístico, sem nenhum fundamento jurídico ou político. Quanto à vinculação da revisão à adoção do parlamentarismo, o simples fato de um artigo ser subsequente a outro no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não os torna interdependentes.

**Quais serão as conseqüências de a revisão ser simultânea às campanhas eleitorais de 94?**

*Lamounier* - Vamos supor que a revisão fosse adiada para 95. É evidente que não teríamos condições, pelo processo normal de emenda constitucional, de corrigir a composição do Congresso. Portanto, as eleições ocorreriam dentro do mesmo sistema, cuja legitimidade está sendo questionada. Afirma-se que a revisão agora será influenciada até certo ponto pela campanha eleitoral. Mas se for adiada para 95, será transformada no grande pomo de discórdia da própria campanha eleitoral. Além disso, um presidente recém-eleito poderá ter força para fazer a revisão que bem entender. Suponhamos que a sociedade chegue à conclusão, como acho que chegará, que é preciso suprimir as "medidas provisórias" da Constituição. Como será possível proibir um presidente eleito por maioria absoluta de querer usar medidas provisórias? Essa situação não seria mais amena do que as dificuldades políticas que aparecem agora.

**Há juristas que vêem a elaboração da legislação complementar como prioritária em**



**Lamounier: "Precisamos de negociação política em grau muito maior do que aconteceu na Constituinte"**

**relação à revisão constitucional. Qual a sua opinião a respeito dessa tese?**

*Lamounier* - Na Itália existem até hoje casos em que a legislação complementar à Constituição de 47 não foi elaborada. Há uma certa mitologia em torno desse assunto. Diversas matérias são referidas à legislação complementar, mas o Congresso Nacional precisa ter uma agenda de prioridades. É impossível fazer todas as leis complementares ao mesmo tempo. Embora se possa admitir uma certa morosidade do Congresso, não podemos passar ao outro extremo e achar que os deputados e senadores deveriam ter elaborado 150 ou 200 leis complementares entre 88 e 93. Se o Congresso tivesse feito 150 leis, mais o seu trabalho regular e o processo de impeachment do presidente, acho até que o país estaria em turbulência.

**Como deverá se desenrolar o processo da revisão?**

*Lamounier* - Precisamos de negociação política em grau muito maior do que aconteceu na Constituinte, cujos trabalhos ocorreram no varejo do começo ao fim. Precisamos fazer a revisão num período relativamente curto e para isso é preciso que haja nos estudos que estão sendo feitos uma busca do máximo de consenso possível. Podemos votar 80% das matérias rápido, por con-

senso, e deixar a luta parlamentar para o restante. O país teria mais tranquilidade, as expectativas dos agentes econômicos e da sociedade em geral não seriam desestabilizadas. Para que esse consenso seja viabilizado, é preciso que todos tenham noção da complexidade da tarefa. É por isso que sempre insisti no Programa de Revisão Constitucional do IEA que não podemos pensar em reescrever a Constituição do começo ao fim. Devemos identificar questões básicas, analisá-las e propor mudanças de caráter estrutural. Por isso temos oito grupos de trabalho debruçados sobre oito temas básicos. Na área econômica é preciso mudar conceitos a respeito de monopólios estatais, por exemplo; na área do judiciário, debater a questão do controle externo; na área política, há a engrenagem dos partidos políticos a ser ajustada, com restrições à fragmentação excessiva; na área tributária, racionalizar a distribuição das receitas e encargos entre a União, estados e municípios; na área do trabalho, a questão do pluralismo sindical; na área da seguridade social, incentivar a criação de planos privados para as camadas de maior renda.

**O que é mais viável, o país adquirir essa estrutura político-institucional que possibilitará uma verdadeira cidadania ou,**

**por intermédio das instituições existentes, eliminar as distorções que geram cidadãos de primeira, segunda e terceira classes, e a partir desse novo patamar moldar-se essa estrutura político-institucional desejável?**

*Lamounier* - No Brasil, talvez em grau maior do que a média de outras sociedades, há desigualdades marcantes de tratamento, e cidadania fundamentalmente é isso: como se é tratado. Essas desigualdades provêm de distorções econômicas e culturais que levam muito tempo para ser corrigidas e muitos países não conseguem corrigi-las. É lógico que não devemos esperar milagres pela via da lei. Não se deve também cair no outro extremo, como aconteceu nas ciências sociais no Brasil nos últimos 50 anos, de achar que as leis não têm importância, como se a realidade não fosse regulada em nenhum grau por leis e constituições. A Constituição e as leis possuem um grau de eficácia considerável e a sociedade, ao discuti-las, tem a oportunidade de realmente se tornar cidadã.

**Como o senhor avalia o interesse da população em relação à revisão constitucional? Há o risco de um aparente desinteresse a exemplo do acontecido no plebiscito de 21 de abril?**

*Lamounier* - Acabei de ler um estudo sobre a revisão constitucional na Bélgica, em 80, onde o autor cita que uma característica do processo foi um grau elevado de negociação, até um pouco secreta, entre as lideranças políticas, coisa que no Brasil é inimaginável. A segunda característica foi a absoluta apatia da população. Temos de admitir que algumas questões são muito complexas. Algumas tem uma carga emocional muito forte, como as que envolvem a moralidade pública e a ética política, como no caso do impeachment de Collor. Outras são muito técnicas ou mais frias, ou são vividas assim pela sociedade, e não mobilizam tanto. A revisão constitucional não se reduz a uma questão, é composta de uma centena delas. Cada uma pode mobilizar de maneira diferente uma parcela da cidadania.

# PROGRAMAÇÃO IEA AGO-SET/1993

DIA	HORA	TEMA	CONFERENCISTA	INICIATIVA
<b>AGOSTO</b>				
10	9h30	CONTEMPORARY POLITICS IN THE UNITED STATES	Bert Rockman (Universidade de Pittsburgh, EUA)	Teoria Política/ Assuntos Internacionais
11	9h	DIMENSIÓN CULTURAL DE LA INTEGRACIÓN EN AMÉRICA LATINA	Gustavo Beyhaut (Universidade de Paris III, França)	Cátedra Simón Bolívar
12	9h	ECONOMIA SOCIAL DE MERCADO NA ALEMANHA	Reiner König (Banco Central da Alemanha)	Assuntos Internacionais/ Fundação Konrad Adenauer
13	12h30	A TECNOLOGIA DE TRANSPORTES E A EVOLUÇÃO NA SOCIEDADE	Getúlio Hanashiro e Nicolau Gualda	Estudos Urbanos
23	14h30	ESCRavidÃO NO BRASIL: VISÕES E REVISÕES	Stuart Schwartz (Universidade de Minnesota, EUA)	Cátedra Jaime Cortesão
24	16h	OS PERÍODOS GLACIAIS E INTERGLACIAIS DO QUATERNÁRIO	Paulo Nogueira-Neto	Ciências Ambientais
25	10h15	MÁQUINAS E CÉREBROS	Newton da Costa	Ciência Cognitiva
27	9h30	DILEMAS SOBRE AS CLASSES SUBALTERNAS NA IDADE DA RAZÃO	José de Souza Martins	Conferência do Mês
27	14h	SUR LA CATÉGORIE DE VERITÉ	Alain Badiou (Universidade de Paris VIII, França)	História Cultural
<b>SETEMBRO</b>				
2	11h	CENÁRIOS FUTUROS DA INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA	Pierre-Alain De Smedt (Autolatina)	Política Científica e Tecnológica
15	10h15	PERCEPÇÃO E AUTOCONTROLE DE PROCESSOS COGNITIVOS	Breno Serson (PUC-SP)	Ciência Cognitiva
17	12h30	FORMAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS DE INTERAÇÃO E SOBREVIVÊNCIA NA CIDADE	Lucrécia D'Alesio Ferrara e Nicolau Sevcenko	Estudos Urbanos
23	9h	AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: DAS TÉCNICAS AOS VALORES	Nílson José Machado	Educação Para a Cidadania
24	9h	DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INCENTIVOS FISCAIS (LEI Nº 8661/93)	José Adelino Medeiros e Paulo Marques	Política Científica e Tecnológica
27	14h30	"LATIN AMERICAN STUDIES": UM PONTO DE VISTA	Leslie Bethell (Institute of Latin American Studies, EUA)	Cátedra Jaime Cortesão
28	14h	A QUESTÃO ÉTNICA	Maria Manuela Carneiro da Cunha	Conferência do Mês
30	10h	MAN AS A VALUED BEING	Paul Weingartner (Universidade de Salzburg, Áustria)	Lógica e Teoria da Ciência

**Local:** sede do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, térreo, Cidade Universitária, São Paulo, SP.  
**Informações:** telefone (011) 813-3222, ramais 3919 e 4442; fax (011) 211-9563. Os eventos são abertos ao público.

## Política nos Estados Unidos

Bert A. Rockman (foto), cientista político da Universidade de Pittsburgh (EUA), falará sobre "A Política Contemporânea nos Estados Unidos" no dia 10 de agosto, às 9h30. Rockman enfatizará três conjuntos de mudanças que têm influenciado a política norte-americana nas últimas quatro décadas: a alteração na composição, participação e alinhamento político da população; as mudanças nas elites e nas instituições políticas e governamentais; e os novos problemas que o governo dos Estados Unidos tem de enfrentar e as possibilidades efetivas de lidar com eles. A palestra, que será em inglês, é uma atividade do Grupo de Teoria Política e da Área de Assuntos Internacionais.



## Indústria automobilística

Pierre-Alain De Smedt, presidente da Autolatina, faz no dia 2 de setembro, às 11h, a palestra "Cenários Futuros da Indústria Automobilística", atividade da Área de Política Científica e Tecnológica. De Smedt tratará das perspecti-

vas vislumbradas para o setor no Brasil diante das mudanças tecnológicas, fiscais e de mercado em andamento. Também serão analisadas a participação brasileira no mercado internacional e as tendências mundiais do setor.

## Integração latino-americana

O historiador Gustavo Beyhaut, do Instituto de Altos Estudos da América Latina da Universidade de Paris III, realiza a palestra "Dimensão Cultural da Integração na América Latina" no dia 11 de agosto, às 9h. Beyhaut discutirá as di-

ficuldades geopolíticas, econômicas, sociais e culturais para a integração do subcontinente. O evento é uma realização da Cátedra Simón Bolívar, convênio entre a USP, através do IEA, e a Fundação Memorial da América Latina

# Wittgenstein e o argumento do sonho

No último texto que escreveu, o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein retomou, de forma aparentemente paradoxal, uma crítica tradicional da validade do argumento cartesiano do sonho. Essa crítica está presente em várias vertentes filosóficas desde o século 17 e considera, em oposição a Descartes, que quem está sonhando não está pensando, não pode dizer "Eu sonho".

O paradoxo consta do último parágrafo (676) do livro *Sobre a Certeza* de Wittgenstein, analisado pelo professor Bento Prado Jr., da Universidade Federal de São Carlos, na *Conferência do Mês* de maio: "O Último Pensamento de Wittgenstein: O Argumento do Sonho Revisitado".

No parágrafo anterior do mesmo livro, Wittgenstein diz: "Se alguém acredita que veio de avião da América para a Inglaterra há alguns dias, creio de minha parte que não pode enganar-se ou errar sobre esse ponto. Do mesmo modo, se alguém diz que nesse momento está sentado à mesa e escreve. Há certas coisas que não se pode colocar em dúvida".

**ERRO** - Para Prado Jr., o sentido dessa afirmação é de que há uma limitação, por razões de essência, do campo do que pode ser colocado em dúvida. "É afirmada a impossibilidade lógica ou gramatical da universalização da dúvida, em oposição ao movimento de Descartes nas *Meditações Metafísicas*". Assim, o processo de ceticismo generalizado detém-se, em Wittgenstein, com a postulação de que o erro - a dúvida racional - pressupõe um horizonte de certeza prévio: "O erro só pode ser identificado sobre um fundo de certeza".

A idéia de identificação do erro a partir da certeza só é possível, de acordo com Prado Jr., com um tratamento diferenciado dos argumentos da loucura e do sonho: "O argumento cético não é universalizável por que o erro não é assimilável pelo sonho e pela loucura e por pressupor um horizonte mundano fora da dúvida ou de um conjunto de regras, horizonte que não pode consistentemente ser colocado em questão. O sonho e a loucura correspondem à supressão do mundo com o eclipse de qualquer regra".

Entretanto, no parágrafo 676, Wittgenstein introduz uma ressalva: "No entanto, mesmo se não posso enganar-me em tais casos, não é possível que eu esteja sob efeito de narcótico? Se estou de fato e o narcótico roubou-me toda consciência, então não falo ou penso verdadeiramente nesse momento". Essa ressalva de inspiração anticartesiana parece implicar, na opinião de Prado Pr., em alguma forma de cartesianismo, ainda que mitigado, pela maneira de cancelar o argumento do sonho.



Mauro Bellesá

## Bento Prado Jr.

*Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia e Metodologia das Ciências da Universidade Federal de São Carlos, Bento Prado Jr. também lecionou na USP, Unicamp e PUC-SP e foi pesquisador do CNRS (França). É autor de Bergson: Presença e Campo Transcendental e Alguns Ensaios: Filosofia, Literatura e Psicanálise; é co-autor, entre outros, de Filosofia e Visão Comum do Mundo, Filosofia e Comportamento e Filosofia da Psicanálise.*

Para desqualificar o argumento, Wittgenstein invoca o fato de que, no sonho, não há pensamento porque não há consciência. "Aqui reside o aparente paradoxo: para desqualificar uma filosofia da consciência, invoca-se o testemunho da consciência", comentou Prado Jr.

Analisando o paradoxo, Prado Jr. procurou mostrar que o parágrafo 676 não implica nenhuma concessão ao psicologismo. Além disso, sugeriu que nessa "última filosofia" de Wittgenstein a questão do sujeito está colocada em termos mais dramáticos do que no *Tractatus Logico-Philosophicus*.

**SIGNIFICAÇÃO** - A idéia "não falo ou penso verdadeiramente neste momento porque estou sob efeito de narcótico" soa escandalosa para os leitores de Wittgenstein, pois leva à dedução de que a consciência é um ingrediente da significação, segundo Prado Jr. Há a sugestão de que a significação de uma proposição ou de uma alternativa entre verdade e falsidade depende do estado ou de uma qualidade do sujeito que a enuncia: "A mesma proposição enunciada em sonho ou em vigília não é a mesma proposição. Na verdade, no segundo caso não é uma proposição, pois não é verdadeira nem falsa".

Prado Jr. lembrou que somos levados ao paradoxo por uma intuição muito humana e natural: uma regra que não pode ser desobedecida é, antes de tudo, uma lei. "Carece de sentido a idéia de uma obediência automática a regras, ou que sem liberdade de consciência não há regras. Mas pensando assim, chegamos insensivelmente à concepção da regra como um metro externo, que pode ser manipulado de maneira consciente ou cega, o que nos remete à idéia de algum farol egológico transcendental ou à alma substancial da psicologia clássica."

Para Prado Jr., o argumento do sonho é extremamente tradicional no pensamento de Wittgenstein, coerente com a história da filosofia desde Descartes: "Não que a filosofia de Wittgenstein não seja revolucionária, mas alguns aspectos recebem um tratamento tradicional".

## Ludwig Wittgenstein

*Ludwig Josef Johann Wittgenstein nasceu em Viena, Áustria, em 26 de abril de 1889. Estudou engenharia mecânica em Berlim e aeronáutica em Manchester, onde passou a se interessar por matemática devido a dificuldades encontradas em um projeto. Foi para a Universidade de Cambridge em 1922 e começou a estudar com Bertrand Russell. Durante sua participação na Primeira Guerra Mundial, engajado no exército austríaco, redigiu o Tractatus Logico-Philosophicus, publicado por Russell em 1922. Esse livro apresenta a principal contribuição de Wittgenstein para a filosofia: o questionamento da capacidade da linguagem e suas relações com a reflexão filosófica. Ele morreu em 29 de abril de 1951, em Cambridge, Inglaterra.*

# As edições de 93 de Estudos Avançados

As edições deste ano da revista *Estudos Avançados* destacam três temas: projetos de desenvolvimento e sua vinculação com o trabalho e a tecnologia, as contradições da proposta neoliberal e as correntes da filosofia da ciência.

O número 17 será lançado no dia 9 de agosto, às 18h, na sede do IEA. A edição traz um dossiê sobre as relações entre projetos globais de desenvolvimento e os seus suportes básicos: trabalho e tecnologia. Os artigos incluem desde a situação educacional no Brasil até o uso intensivo de qualificação técnica promovido em países de industrialização tardia como Taiwan e Coréia do Sul. Uma análise do papel do Estado é feita por Wanderley Guilherme dos Santos, questionando a afirmação corrente sobre o seu gigantismo. O número traz ainda um artigo de Enrique Zavallos sobre os interesses dos EUA e do Japão na construção de uma estrada ligando a Amazônia ao Oceano Pacífico, projeto que envolve o Brasil, o Peru e a Bolívia. Durante o lançamento haverá uma apresentação do Coral Universidade de São Paulo (Coralusp).

O destaque do número 18 será a reflexão do filósofo alemão Robert Kurz sobre o neoliberalismo como opção político-econômica mundial neste fim de século. Kurz analisa as "falsas promessas" do neoliberalismo e afirma que a crise atual é uma crise es-

trutural, "na qual as contradições intrínsecas à economia de mercado surgem à tona". Também integrarão a edição artigo do professor José Goldemberg sobre a atuação do Estado no ensino fundamental e artigo do professor Francisco de Oliveira sobre as desigualdades regionais no Brasil.

O tema central do nº 19 será a filosofia da ciência, destacando-se o artigo "Mudança Científica: Modelos Filosóficos e Pesquisa Histórica", do norte-americano Larry Laudan e colaboradores, com tradução do professor Caetano Ernesto Plastino, do Departamento de Filosofia da USP. Originalmente publicado em 1986 na revista *Synthese*, o artigo terá agora sua primeira tradução no Brasil. O objetivo de *Estudos Avançados* ao publicá-lo é contribuir para que os interessados em filosofia da ciência tenham acesso a um dos principais textos sobre o tema escritos nos últimos anos. Essa edição também contará com um ensaio e um encarte sobre "Os Experimentos Prismáticos de Goethe", de autoria do artista plástico Fred Jordan.

A assinatura anual da revista (três edições) custa 37 Ufirs. Os interessados podem assiná-la pessoalmente, na sede do IEA, ou pelo correio, caso em que devem enviar cheque em nome do Instituto de Estudos Avançados da USP acompanhado dos dados para a remessa dos exemplares.

## RÁDIO

# Uma Janela Para o Mundo

Os temas científicos e culturais em debate no IEA são abordados em entrevistas com convidados no programa *Uma Janela Para o Mundo*, produzido pelo IEA e transmitido pela USP FM (93,7) aos sábados, às 14h. O Centro de Documentação do Instituto possui cópias dos programas levados ao ar para aquisição ou consulta. Os interessados em adquirir reproduções devem entregar uma fita cassete e pagar uma taxa de Cr\$ 250.000,00 por cópia (valor de agosto). Informações podem ser obtidas pelo telefone 813-3222, ramais 3919 e 4442. Os programas abaixo relacionados já estão disponíveis.

- *A Questão Regional: A Hegemonia Inacabada* - Francisco de Oliveira
- *Dilemas e Possibilidades de Uma Educação Democrática* - Sérgio Costa Ribeiro
- *Recursos Hídricos Continentais* - José Galizia Tundisi e Crodovaldo Pavan
- *Portugal e Brasil: Identidades Nacionais* - Antonio Candido, Francisco José Calazans Falcon e Fernando Perrone
- *Sistema Hipermídia e Aquisição do Conhecimento* - Idméa Semeghini Próspero Siqueira e Maria Isabel Leme de Mattos
- *O Corpo Humano: Mercadoria ou Valor?* - Giovanni Berlinguer e José da Rocha Carvalheiro
- *A Ética e a Saúde* - Giovanni Berlinguer e José da Rocha Carvalheiro
- *Estado, Mercados e Democracia* - Lourdes Sola
- *Disposição dos Resíduos e Poluição* - Alaor Caffé Alves, Witold Zmitrowicz e Arlindo Phillip Jr.

- *O Pensamento Político e Jurídico de Carl Schmitt* - Rolf Kunz e Ronaldo Porto Macedo Jr.
- *Wittgenstein e o Argumento do Sonho* - Bento Prado Jr. e Franklin Leopoldo e Silva

## CADERNOS

### Coleção Documentos

A Coleção Documentos reúne textos resultantes das atividades realizadas pelo IEA. Dela fazem parte trabalhos de professores visitantes, íntegras de palestras e outros textos produzidos pelos programas, áreas e grupos de estudo. A coleção é dividida em 19 séries temáticas que englobam várias áreas da ciência e temas de interesse nacional. Os exemplares estão à venda na sede do IEA. A relação completa dos cadernos publicados pode ser solicitada pelo telefone (011) 813-3222, ramais 3919 e 4442, ou pelo fax (011) 211-

9563. Os novos textos publicados são:

#### Série Biologia Molecular

- *Estratégias em Biologia Molecular na USP* - Gerhard Malnic

#### Série Cátedra Jaime Cortesão

- *O Homem Português Perante a Doença: Atitudes e Receituário* - Eugênio dos Santos

#### Série Educação Para a Cidadania

- *O Repensar da Educação no Brasil* - José Goldemberg
- *A Educação e a Inserção do Brasil na Modernidade* - Sérgio Costa Ribeiro

# As prioridades para o ensino no Brasil

**A**o se traçar uma política educacional, deve-se evitar a posição simplista de que é possível resolver o problema da pobreza apenas abrindo escolas. Pobreza e ausência de escolarização são deficiências que só podem ser superadas se enfrentadas simultaneamente e cada uma em seu lugar. Essa é a observação inicial do relatório "O Repensar da Educação no Brasil", apresentado pelo professor José Goldemberg no dia 3 de junho. O trabalho é fruto de sua experiência como ministro da Educação no período 1991-1992.

O relatório é um dos panoramas mais detalhados sobre a educação brasileira até hoje elaborados. Entre outros aspectos, o trabalho discute o papel do Ministério da Educação, analfabetismo, universalização do ensino básico, evasão e repetência, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), salário-educação, merenda escolar, livro didático, Ciaes, ensino médio, mensalidades escolares e ensino superior, este numa perspectiva bastante detalhada.

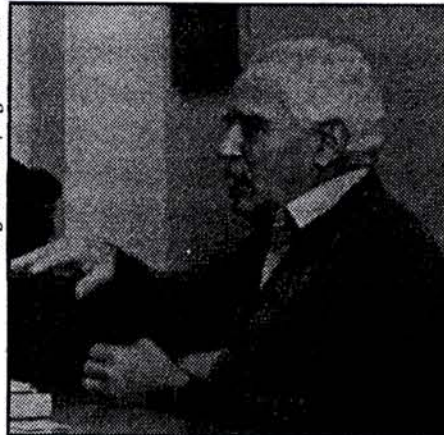
**EVASÃO** - Segundo Goldemberg, os indicadores relativos à universalização do acesso à escola - 83,6% das crianças entre 7 e 14 anos, segundo dados de 1988 - e à diminuição do analfabetismo - em torno de 18,5% em 1990 - são animadores, mas os dados referentes ao número de crianças - mais de 80% - que não completam o primeiro grau são ainda muito preocupantes. Esse abandono ocorre devido ao elevado índice de repetência, "consequência de currículos inadequados e pro-

fessores incompetentes".

Quanto à aplicação de verbas em educação, Goldemberg lembra que a Constituição Federal estabelece que até 1998 o Poder Público deve aplicar pelo menos 50% da receita proveniente de impostos na eliminação do analfabetismo e na universalização do ensino fundamental. Entretanto, o MEC emprega 75% de sua receita direta - 18% da arrecadação de impostos - no ensino superior. Ainda que computadas as transferências de impostos estaduais e municipais, o percentual utilizado pelo MEC no ensino superior atinge 53%. Isso ocorre porque a responsabilidade pela manutenção das instituições federais de ensino superior - 90% dos gastos são com pessoal - inviabilizam a destinação de recursos aos demais níveis de ensino. Sendo inviável a redução dos recursos destinados àquelas instituições, a alternativa é a elevação da receita destinada à educação. Entretanto, "essa alternativa também é praticamente impossível, devido às demandas de outros setores da área social do governo".

**ENSINO BÁSICO** - É preciso estabelecer um conjunto de prioridades para o sistema educacional brasileiro, afirma o ex-ministro. No que se refere à educação básica, aponta as seguintes: diminuir a repetência, ampliar o acesso ao 2º grau e melhorar a qualidade do ensino, de forma a fornecer à população uma formação adequada tanto ao exercício da cidadania como à inserção no mercado de trabalho. Para atingir esses objetivos é pre-

Jorge Maruta/Agência USP



**Goldemberg: índice de abandono do primeiro grau preocupa**

ciso treinar professores, melhorar seus salários em função do desempenho e prestar assistência ao estudante, especialmente nos casos de merenda escolar e fornecimento de material didático.

No plano do Ministério, é preciso "tentar dirigir de forma coerente os recursos disponíveis, privilegiando as regiões mais pobres e utilizando-os como apoio às iniciativas estaduais e municipais que estejam orientadas para o atendimento das prioridades estabelecidas".

O diagnóstico dos problemas do ensino superior recomenda a ampliação e modernização do sistema, a melhoria da qualidade do ensino e o desenvolvimento da pesquisa. A concretização da plena autonomia administrativa e de gestão fi-

nanceira das universidades públicas e sua extensão, na medida do possível, às instituições de ensino superior não-universitárias são condições fundamentais dessa política, segundo Goldemberg. No caso das universidades federais, é preciso garantir os recursos indispensáveis à sua manutenção e estabelecer indicadores de desempenho como critério para alocação diferencial de verbas.

**ENSINO SUPERIOR** - De acordo com o relatório, as prioridades para as instituições federais de ensino superior são: a ampliação das vagas, especialmente em cursos noturnos, para atender os jovens que precisam trabalhar; melhoria da qualidade e da eficácia dos cursos, incentivando a maior qualificação do corpo docente e a revisão curricular, de forma a diminuir a evasão; a diversificação dos níveis de formação, contemplando formação profissional básica, cursos modulares e educação continuada; o desenvolvimento da pesquisa, pós-graduação e da capacidade gerencial das próprias universidades; o incentivo à diversificação das fontes de recursos; a manutenção do ensino gratuito, mas com a eliminação de subsídios e atividades meramente assistencialistas; e a racionalização da utilização de recursos humanos.

(\*) O relatório "O Repensar da Educação no Brasil" é o caderno nº 3 da Série Educação Para a Cidadania, da Coleção Documentos, à venda na sede do IEA.

## José Goldemberg

Atualmente professor visitante do Programa Educação Para a Cidadania do IEA, o físico José Goldemberg foi ministro da Educação, secretário da Ciência e Tecnologia da Presidência da República, secretário da Educação do Estado de São Paulo, reitor da USP e presidente da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC). Doutor em física pela USP, Goldemberg foi professor e pesquisador em universidades dos Estados Unidos, Canadá e França. É autor de vários livros e artigos sobre física nuclear e energia em geral.

**estudos  
AVANÇADOS**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho  
Vice-Reitor: Ruy Laurenti

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS  
Conselho Deliberativo: Jacques Marcovitch (diretor), Alfredo Bosi, Carlucio Roberto Alves, Geraldo Forbes, Gerhard Malnic, João Evangelista Steiner, Umberto Giuseppe Cordani e Walter Colli.  
Assistente Técnico Acadêmico: Rubem Affonso Beltrão Junior

Redação e Edição: Mauro Bellesa. Endereço: Av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, térreo, Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo, SP. Telefone: (011) 813-3222, ramais 3919 e 4442. Fax: (011) 211-9563. Serviços gráficos: Coordenadoria de Comunicação Social da USP.